

Jovens no mercado de trabalho da RMPA: uma abordagem com ênfase nos diferenciais de gênero

Raul Luís Assumpção Bastos*

1 - Introdução

Diversos estudos têm mostrado que os jovens se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho. Essa maior vulnerabilidade pode ser apreendida de várias formas, como através da inserção na estrutura ocupacional, dos níveis de remuneração e da incidência do desemprego. De fato, os jovens encontram-se empregados, majoritariamente, em postos de trabalho localizados na base da estrutura ocupacional, evidenciam menores níveis de remuneração e maiores taxas de desemprego em relação aos adultos. Em face desses aspectos, eles vêm sendo crescentemente reconhecidos como foco prioritário das políticas públicas, as quais têm como propósito central reduzir a incidência do desemprego sobre esse grupo etário.

Os estudos sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, com muita recorrência, segmentam esse contingente da força de trabalho por gênero. Isso se deve ao fato de que se identificam diferenças substantivas entre os jovens homens e as jovens mulheres no mercado de trabalho, as quais necessitam ser devidamente analisadas e interpretadas para que se possa ter uma compreensão mais apropriada da situação da força de trabalho juvenil.

Tendo por base essas preocupações, neste artigo, tem-se como propósito desenvolver uma análise de caráter preliminar sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com ênfase nas diferenças entre os gêneros. A base de dados que será utilizada é a da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED-RMPA), a qual se constitui em um levantamento sistemático de uma ampla gama de variáveis do mercado de trabalho metropolitano. O período enfocado inicia no ano de 1993, que é o primeiro para o qual se dispõe de uma média anual dos dados da PED-RMPA, e encerra-se em 2002.

Deve-se ter presente que esse foi um período marcado por transformações relevantes na economia brasileira, as quais moldaram o comportamento do mercado de trabalho e cujos impactos sobre o mesmo podem ser assim sintetizados. O processo de abertura comercial repercutiu, particularmente, na indústria, tendo destruído parte do emprego do setor. Derivada da abertura comercial, a reestruturação do parque produtivo também trouxe consigo efeitos negativos sobre o emprego industrial. Já a estabilização monetária obtida a partir de 1994, na medida em que correspondia a uma estratégia de política econômica que fixava taxas de juros em níveis elevados, acabou por determinar uma má performance da economia, que se consubstanciou em baixas taxas de crescimento. A consequência desse processo foi que o País passou a conviver com taxas

* Economista da FEE e Professor do Departamento de Economia da PUCRS.

O autor é muito grato às colegas Irene Galeazzi e Norma Kreling pela leitura e pelas sugestões a uma versão preliminar deste artigo. Registra, também, sua gratidão ao Estatístico Jéferson Matos pela elaboração das tabulações especiais utilizadas neste estudo, bem como ao trabalho de apoio, nessa tarefa, das estagiárias Carolina Neumann e Roselaine Batista. Erros e omissões por acaso remanescentes são de inteira responsabilidade do autor.

de desemprego em níveis ainda não observados por seu mercado de trabalho. Deve-se, ainda, destacar que essas mudanças contribuíram para a precarização do mercado de trabalho, pois o baixo dinamismo da economia implicou avanço da informalidade nas relações de trabalho e uma queda na qualidade dos postos de trabalho gerados no período.

Após esta introdução, este artigo está assim organizado: na segunda seção, abordam-se a evolução demográfica e a da força de trabalho da população juvenil na RMPA, bem como a participação desse grupo etário no mercado de trabalho; na seção três, analisa-se a ocupação juvenil; na seção quatro, aborda-se a incidência do desemprego sobre os jovens; na seção cinco, trata-se da escolaridade dos jovens e da transição para o trabalho; na seção seis, analisam-se, sucintamente, os rendimentos da população juvenil; e, finalmente, o texto encerra-se resumindo as principais conclusões a que se chegou neste trabalho.

2 - População, força de trabalho e participação dos jovens no mercado de trabalho

Nesta seção, aborda-se a evolução da população, da força de trabalho e da participação dos jovens no mercado de trabalho da RMPA entre 1993 e 2002, sendo a ênfase analítica nos diferenciais entre os gêneros.

Em termos de procedimentos empíricos, faz-se necessário explicitar os critérios de delimitação da faixa etária da população juvenil que será utilizada neste estudo, que é a dos indivíduos de 16 a 24 anos. O limite etário inferior, de 16 anos, corresponde à idade mínima de ingresso legal no mercado de trabalho do País, conforme emenda à Constituição Federal de dezembro de 1998. Quanto ao limite superior, de 24 anos, este é aquele reconhecido pela Organização das Nações Unidas (OIT, 2000).

O número de jovens mulheres era levemente superior ao de jovens homens na RMPA, no início do período, registrando as primeiras 247 mil indivíduos, e os segundos, 238 mil (Tabela 1). Todavia, como o crescimento da população jovem feminina (23,9%) foi inferior ao da masculina (27,7%), havia, praticamente, igualdade quantitativa entre esses dois contingentes populacionais em 2002, que registravam, aproximadamente, 300 mil indivíduos.

Tabela 1

População jovem e adulta, por sexo, na RMPA — 1993-02

(1 000 pessoas)

ANOS	JOVENS		ADULTOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1993	238	247	761	874
1994	250	246	771	899
1995	253	249	784	919
1996	265	255	806	946
1997	259	262	833	987
1998	278	284	846	995
1999	290	290	870	1 024
2000	293	297	897	1 069
2001	300	300	923	1 082
2002	304	306	929	1 111
$\Delta\%$ 1993-02	27,7	23,9	22,1	27,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Quando se compara o comportamento demográfico de jovens e de adultos na RMPA, constata-se que as mulheres adultas evidenciaram crescimento populacional superior ao das jovens, com uma variação de 27,1% no período em análise. De forma distinta, os homens adultos registraram crescimento populacional inferior ao dos jovens desse mesmo sexo, sendo este de 22,1%.

Em termos demográficos, caberia, ainda, assinalar que tanto as jovens mulheres quanto os jovens homens mantiveram estáveis, ao longo de toda a série, as suas participações na população de 16 anos ou mais da RMPA, sendo estas de, aproximadamente, 11%.¹ Isso significa, portanto, que os jovens representavam pouco mais de um quinto da população de 16 anos ou mais da RMPA no período enfocado por este estudo.

Todavia, quando se observa a parcela desses jovens que está engajada no mercado de trabalho como ocupada ou desempregada, constatam-se comportamentos diversos entre as jovens mulheres e os jovens homens. Os jovens de sexo feminino mostram um nível de engajamento no mercado de trabalho metropolitano bastante abaixo daquele observado pelos jovens de sexo masculino, embora com tendência ao crescimento. No início da série histórica, elas registravam uma taxa de participação de 59,9%, enquanto a deles era de 81,1% (Tabela 2)². Em 2002, essa diferença entre as taxas de participação havia se reduzido de uma forma acentuada, pois esse indicador cresceu 4,7% para os jovens de sexo feminino e decresceu 9,1% para os de sexo masculino, atingindo 62,7% para os primeiros e 73,7% para os segundos.

Tabela 2

Taxas de participação dos jovens e dos adultos, por sexo, na RMPA — 1993-02

ANOS	JOVENS		ADULTOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1993	81,1	59,9	82,1	47,9
1994	77,6	54,9	80,7	46,9
1995	76,3	57,0	80,6	48,4
1996	74,7	54,9	79,4	47,7
1997	72,2	53,4	79,4	46,5
1998	75,2	57,7	79,9	50,2
1999	76,9	62,4	79,3	52,9
2000	76,8	64,3	79,3	53,0
2001	74,7	63,0	79,1	53,1
2002	73,7	62,7	76,9	53,1
Δ% 1993-02	-9,1	4,7	-6,3	10,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Assim, a PEA feminina jovem encontrava-se em número bastante inferior ao da masculina na RMPA, em 1993 (Tabela 3). A série histórica mostra movimentos de contração e de expansão da força de trabalho juvenil, para ambos os gêneros, até 1997, e somente após uma tendência mais nítida de crescimento da PEA desse

¹ Os indivíduos de 16 anos ou mais não correspondem, evidentemente, à totalidade da População em Idade Ativa (PIA), que engloba também aqueles compreendidos na faixa etária de 10 a 15 anos. Em realidade, como a opção deste estudo foi a de, em termos etários, contrastar jovens e adultos, as crianças e os adolescentes de 10 a 15 anos não foram, por esse motivo, nele incluídos. Ademais, este último grupo etário não deveria, legalmente, participar do mercado de trabalho.

² A taxa de participação corresponde à relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a PIA, sendo expressa em termos percentuais. Ela mede o engajamento de um determinado grupo populacional no mercado de trabalho.

grupo etário. Todavia a força de trabalho feminina jovem registrou, no período, um crescimento de 30,4%, superior ao dos jovens homens, que foi de 16,1%. Com esses movimentos, a PEA feminina jovem atingiu 193 mil indivíduos em 2002, e a masculina, 224 mil, o que reduziu a diferença quantitativa entre ambas.

Tabela 3

População Economicamente Ativa jovem e adulta, por sexo, na RMPA — 1993-02

(1 000 pessoas)

ANOS	JOVENS		ADULTOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1993	193	148	625	419
1994	194	135	622	422
1995	193	142	632	445
1996	198	140	640	451
1997	187	140	661	459
1998	209	164	676	499
1999	223	181	690	542
2000	225	191	711	567
2001	224	189	730	575
2002	224	193	714	590
Δ% 1993-02	16,1	30,4	14,2	40,8

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Esse comportamento da força de trabalho feminina jovem, comparativamente à masculina, vem corroborar diversos outros estudos que apontam um processo de intensificação da presença das mulheres em atividades produtivas (Lavinias, 1999; Wiltgen, 2002; Galeazzi et al., 2003). Por motivos de ordem socioeconômica e cultural, tem havido maior crescimento da força de trabalho feminina *vis-à-vis* à masculina, e os jovens da RMPA não parecem ser exceção a essa tendência.

Ainda assim, quando se compara o comportamento da PEA dos jovens com a dos adultos na RMPA, constata-se que o crescimento da força de trabalho das mulheres adultas foi bastante superior ao das jovens, com uma elevação de 40,8% no período. Quanto à força de trabalho dos homens adultos, esta teve um crescimento levemente inferior à dos jovens, sendo este de 14,2% entre 1993 e 2002.

Cabe destacar o fato de que a taxa de participação das mulheres jovens é superior à das adultas no mercado de trabalho da RMPA. Não obstante, como esse indicador, para as jovens, apresentou menor crescimento, o diferencial de níveis de engajamento no mercado de trabalho entre os dois grupos etários reduziu-se ao final do período. Para os homens, a situação foi inversa, pois os adultos mostraram maior taxa de participação do que os jovens, assim como o diferencial de nível de engajamento no mercado de trabalho entre ambos ampliou-se de 1993 a 2002.

Em que pese a esses movimentos diferenciados, a parcela da força de trabalho dos jovens na PEA de 16 anos ou mais da RMPA não apresentou grande alteração, situando-se, ao início e ao final do período, em, aproximadamente, 24,0%. Quando se segmenta a força de trabalho por gênero, percebe-se que as jovens mulheres apresentaram um leve aumento em sua participação na PEA de 16 anos ou mais da RMPA, de 10,7% em 1993 para 11,2% em 2002, enquanto os jovens homens evidenciaram redução de 13,9% para 13,0% nesses mesmos anos.

3 - Ocupação juvenil

A participação do grupo etário juvenil no contingente de ocupados com 16 anos ou mais da RMPA não apresentou alteração expressiva ao longo do período, ainda que tenham sido registradas performances diferenciadas segundo idade e sexo.

O contingente de jovens mulheres ocupadas na RMPA situava-se em 131 mil indivíduos em 2002, estando abaixo daquele observado entre os jovens homens, que era de 174 mil indivíduos (Tabela 4). Todavia a ocupação feminina jovem registrou maior crescimento no período 1993-02, com uma variação de 18,0% contra 10,8% dos jovens homens. Pode-se também perceber que a tendência de crescimento da ocupação juvenil, para ambos os sexos, foi algo que ocorreu, fundamentalmente, a partir de 1998.

Tabela 4

Ocupados jovens e adultos, por sexo, na RMPA — 1993-02

ANOS	JOVENS		ADULTOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1993	157	111	580	378
1994	160	102	581	386
1995	162	109	592	407
1996	156	105	582	406
1997	149	102	599	410
1998	161	111	607	432
1999	163	114	604	456
2000	170	126	638	488
2001	174	126	667	503
2002	174	131	646	512
$\Delta\%$ 1993-02	10,8	18,0	11,4	35,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

A ocupação feminina adulta, na RMPA, apresentou maior crescimento do que a dos jovens desse mesmo sexo, com uma variação de 35,4% no período em análise, elevando-se para 512 mil ocupados em 2002. Por sua vez, os adultos de sexo masculino evidenciaram crescimento de seu nível ocupacional muito próximo ao dos jovens homens, atingindo 646 mil ocupados em 2002.

Assim, as mulheres jovens representavam, aproximadamente, 9,0% da ocupação ao início e ao final do período. No que diz respeito aos homens jovens, eles correspondiam a 12,8% da ocupação em 1993 e a 11,9% em 2002. Portanto, o grupo etário juvenil representava, ao início e ao final do período, algo em torno de um quinto dos ocupados com 16 anos ou mais da RMPA.

Analisando-se a estrutura ocupacional, constata-se que os jovens se encontram inseridos na RMPA, majoritariamente, como trabalhadores assalariados (Tabela 5). No ano de 1993, 77,9% dos jovens de sexo feminino e 83,2% dos de sexo masculino estavam ocupados como trabalhadores assalariados. Destes, no caso das mulheres jovens, 68,6% pertenciam ao setor privado e 9,3% ao setor público, enquanto, no caso dos homens jovens, 75,8% estavam inseridos no setor privado e somente 7,4% no setor público. Dentre os

assalariados do setor privado, cabe destacar a participação daqueles que não possuíam a carteira do trabalho assinada, sendo esta de 8,9% no caso das mulheres jovens e de 14,9% no dos homens jovens, o que mostra um nível de desproteção social relativamente mais elevado para os últimos.

Tabela 5

Distribuição dos ocupados jovens e adultos, por posição na ocupação e sexo, na RMPA — 1993 e 2002

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1993				2002				(%)
	Jovens		Adultos		Jovens		Adultos		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Assalariado	83,2	77,9	67,1	59,8	85,0	82,8	63,2	57,6	
Setor privado	75,8	68,6	51,8	39,3	77,4	72,3	52,5	41,2	
Com carteira assinada ...	60,9	59,7	46,2	35,6	56,0	52,6	44,3	35,9	
Sem carteira assinada ...	14,9	8,9	5,6	3,7	21,4	19,8	8,1	5,3	
Setor público	7,4	9,3	15,3	20,5	7,6	10,4	10,7	16,4	
Autônomo	10,2	4,9	21,0	16,0	10,1	5,0	24,0	15,1	
Empregador	(1)-	(1)-	6,0	2,7	(1)-	(1)-	6,6	3,4	
Empregado doméstico	(1)-	13,6	(1)-	14,6	(1)-	8,6	(1)-	17,6	
Trabalhador familiar	(1)-	(1)-	(1)-	1,4	(1)-	(1)-	(1)-	1,5	
Outros	3,5	(1)-	5,3	5,5	(1)-	(1)-	5,4	5,0	

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta essa desagregação.

Limitações estatísticas permitem tratar somente de uma outra posição na ocupação, qual seja, o trabalho autônomo.³ Nesse caso, o trabalho autônomo na RMPA possuía, em 1993, peso relativo bem menor na ocupação juvenil das mulheres, que era de 4,9%, o qual correspondia a menos da metade daquele observado na ocupação juvenil dos homens.

Quando se contrasta a inserção dos jovens com a dos adultos na estrutura ocupacional, na RMPA, em 1993, pode-se identificar que o trabalho assalariado também possuía a maior participação na ocupação total do grupo etário adulto, mas esta era relativamente menor do que a observada entre os jovens. Na distribuição do trabalho assalariado por setores, o setor público tinha um peso relativo no emprego dos adultos superior ao dos jovens, representando 16,0% da ocupação feminina adulta e 21,0% da masculina desse grupo etário. É interessante destacar que era bem menor a participação do trabalho assalariado sem carteira assinada na ocupação total dos adultos, revelando que a ausência de cobertura da seguridade social estava menos presente entre eles. Quanto ao trabalho autônomo, este tinha peso relativo bem mais elevado na ocupação total dos adultos, correspondendo a 16,0% da força de trabalho feminina e 21,0% da masculina.

Ao final do período, houve aumento da participação do trabalho assalariado na ocupação total dos jovens na RMPA, fenômeno que não foi observado entre os adultos. Assim, para as jovens, o trabalho assalariado

³ Não obstante essa limitação, o trabalho assalariado e o trabalho autônomo representavam, conjuntamente, em 2002, 82,8% da ocupação dos jovens de sexo feminino e 93,4% dos jovens de sexo masculino na RMPA.

passou a representar 82,8% da ocupação total em 2002 e, para os jovens, 85,0%. Caberia ressaltar o aumento da participação, na ocupação total dos jovens, do emprego assalariado sem carteira assinada, que atingiu 19,8% no caso das mulheres e 21,4% no dos homens. Embora tenha havido, entre os adultos, aumento da participação do emprego assalariado sem carteira assinada na ocupação total, esta se mantinha, em 2002, muito abaixo daquela observada entre os jovens.

Sob a ótica da distribuição setorial da ocupação, os serviços eram a atividade econômica em que os jovens estavam mais inseridos na RMPA, em 1993, representando 37,9% da ocupação total das mulheres e 40,2% da dos homens dessa faixa etária (Tabela 6). Segue-se aos serviços a indústria de transformação, cuja participação na ocupação total dos jovens era de 25,7% no caso das mulheres e de 31,3% no dos homens. É interessante fazer referência a dois outros setores, os serviços domésticos e a construção civil, embora ambos tenham participação muito mais modesta na ocupação juvenil. No primeiro deles, estavam inseridas 13,6% das mulheres jovens ocupadas, enquanto, no caso dos homens jovens, era mínima a participação na ocupação. De forma distinta, a construção civil tinha uma participação na ocupação das jovens mulheres baixíssima, mas representava 6,8% da dos homens. Portanto, confirma-se que os serviços domésticos são intensivos em trabalhadores de sexo feminino e a construção civil em trabalhadores de sexo masculino, ficando clara a segmentação por gênero da força de trabalho em ambos os setores.

Tabela 6

Distribuição do emprego dos jovens e dos adultos, por setor de atividade e sexo, na RMPA — 1993 e 2002

SETORES DE ATIVIDADE	1993				2002			
	Jovens		Adultos		Jovens		Adultos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Indústria de transformação	31,3	25,7	25,0	18,9	27,9	16,8	21,1	13,5
Comércio	20,7	22,1	15,3	13,7	19,6	22,2	15,2	14,3
Serviços	40,2	37,9	48,0	52,3	45,7	51,8	52,9	54,0
Construção civil	6,8	0,6	10,5	0,2	6,3	0,5	9,8	0,5
Serviços domésticos	0,2	13,6	0,4	14,6	0,2	8,6	0,6	17,6
Outros	0,8	0,1	0,8	0,3	0,3	0,1	0,4	0,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Em termos comparativos, a ocupação do grupo etário adulto encontrava-se, em 1993, ainda mais concentrada no setor serviços, na RMPA. No caso dos adultos — diferentemente dos jovens —, os serviços tinham uma participação na ocupação das mulheres superior à dos homens. Caberia também ressaltar que, após a indústria de transformação, os serviços domésticos eram a atividade que detinha a maior participação na ocupação das mulheres adultas, sendo esta levemente superior à participação desse setor na ocupação feminina juvenil.

Em 2002, foi reforçada a importância da atividade de serviços para a ocupação na RMPA. A esse respeito, destaca-se o fato de que esse setor passou a deter uma parcela da ocupação juvenil feminina (51,8%) superior à masculina (45,7%), o que não ocorria no início do período. A indústria de transformação mostrou recuo, para ambos os gêneros, em sua participação na ocupação juvenil, movimento este também observado para a força de trabalho adulta. Pode-se, ainda, salientar que os serviços domésticos reduziram a sua participação na ocupação feminina juvenil para 8,6%, enquanto a ampliaram, no caso das mulheres adultas, para 17,6%.

4 - Desemprego juvenil

Uma das principais dimensões em que se apreende a vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho é o desemprego, pois sobre eles incide, com mais intensidade, esse fenômeno, conforme mostram estudos no âmbito internacional e do País.⁴

Na RMPA, estima-se que havia 62 mil jovens de sexo feminino e 50 mil de sexo masculino na condição de desempregados no ano de 2002 (Tabela 7). Em termos da série histórica da PED-RMPA, constata-se que, ao início do período, eram praticamente idênticos os contingentes de jovens desempregados de ambos os sexos, mas isso começou a mudar no ano de 1998, no qual o número de jovens mulheres superou o de jovens homens. Para o período em análise como um todo, o contingente de jovens mulheres desempregadas cresceu muito mais (67,6%) do que o dos jovens homens (38,9%).

Tabela 7

Desempregados jovens e adultos, por sexo, na RMPA — 1993-02

(1 000 pessoas)

ANOS	JOVENS		ADULTOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1993	36	37	45	41
1994	34	33	41	36
1995	31	33	40	38
1996	42	35	58	45
1997	38	38	62	49
1998	48	53	69	67
1999	60	67	86	86
2000	55	65	73	79
2001	50	63	63	72
2002	50	62	68	78
$\Delta\%$ 1993-02	38,9	67,6	51,1	90,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

O crescimento do contingente de jovens desempregados na RMPA expressa, evidentemente, que a capacidade de absorção de mão-de-obra pela economia da região metropolitana foi insatisfatória no período em foco. Conforme foi visto anteriormente, o crescimento da força de trabalho juvenil — em particular da feminina — foi bastante superior ao da ocupação desse grupo etário, o que teve como consequência a elevação do contingente de jovens desempregados na RMPA.

Quando se coteja a evolução do desemprego juvenil com a dos adultos na RMPA, percebe-se que, no caso destes últimos, as mulheres passaram a representar um contingente maior de desempregados do que os homens somente em 2000. Em 2002, estima-se que as mulheres adultas desempregadas haviam atingido 78 mil indivíduos, contra 68 mil homens adultos nessa situação. Para o período 1993-02, o crescimento do

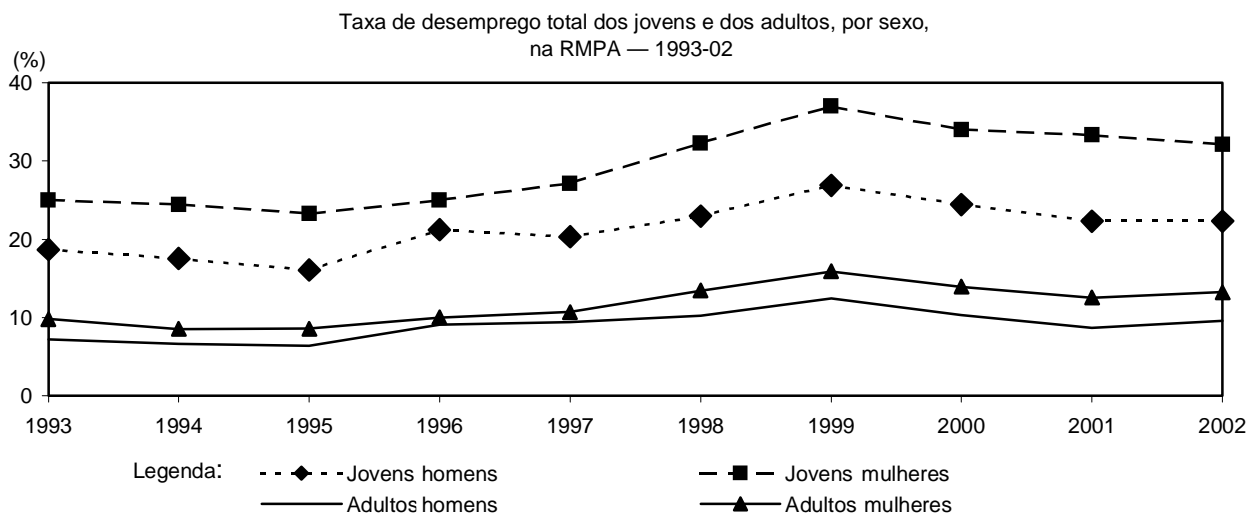
⁴ Sobre a experiência internacional, ver O'Higgins (1997) e OIT (2000, 2001, 2003). A respeito da experiência brasileira, ver Pochmann (2000), Camarano *et alii* (2001), DIEESE (2001), Quadros (2001) e Muniz (2002).

contingente de mulheres desempregadas adultas foi mais elevado (90,2%) do que o das jovens, o mesmo ocorrendo com o dos homens desempregados adultos comparativamente aos jovens desse mesmo sexo (51,1%).

A participação dos jovens de sexo feminino no contingente de desempregados com 16 anos ou mais da RMPA era praticamente idêntica à dos jovens de sexo masculino em 1993, sendo ambas de, aproximadamente, 23,0%. Ao final do período, as jovens mulheres passaram a deter uma parcela maior do desemprego (24,0%) comparativamente aos jovens homens (19,4%). A partir dessas referências, uma forma de captar a maior vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho é destacando que eles representavam, em 2002, 24,0% da PEA metropolitana com 16 anos ou mais, mas detinham, aproximadamente, 43,0% do desemprego — ou seja, a força de trabalho juvenil está mais do que proporcionalmente representada no contingente de desempregados.

Essa maior vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho da RMPA fica ainda mais evidente quando se observam as taxas de desemprego desse grupo etário (Gráfico 1). De acordo com o que se pode constatar, esse indicador era de 32,1% para as jovens mulheres em 2002 contra 22,3% para os jovens homens nesse mesmo ano. Tais taxas de desemprego eram bastante superiores àquelas registradas pelos adultos, que correspondiam, em 2002, a 13,2% no caso das mulheres e a 9,5% no dos homens. Portanto, fica clara a maior incidência do desemprego entre os jovens, por um lado, e, por outro, acompanhando-se uma tendência mais ampla do mercado de trabalho, que as mulheres são mais intensamente atingidas pelo mesmo. Em termos de evolução das taxas de desemprego, caberia, ainda, fazer referência que estas, para ambos os grupos etários e sexos, se elevaram até 1999 e, a partir de então, passaram a apresentar recuo. Para o período como um todo, a taxa de desemprego das jovens mulheres apresentou crescimento de 28,5%, superior ao dos jovens homens, de 19,6%, sendo ambos, no entanto, inferiores ao crescimento registrado por esse indicador para os adultos.

Gráfico 1

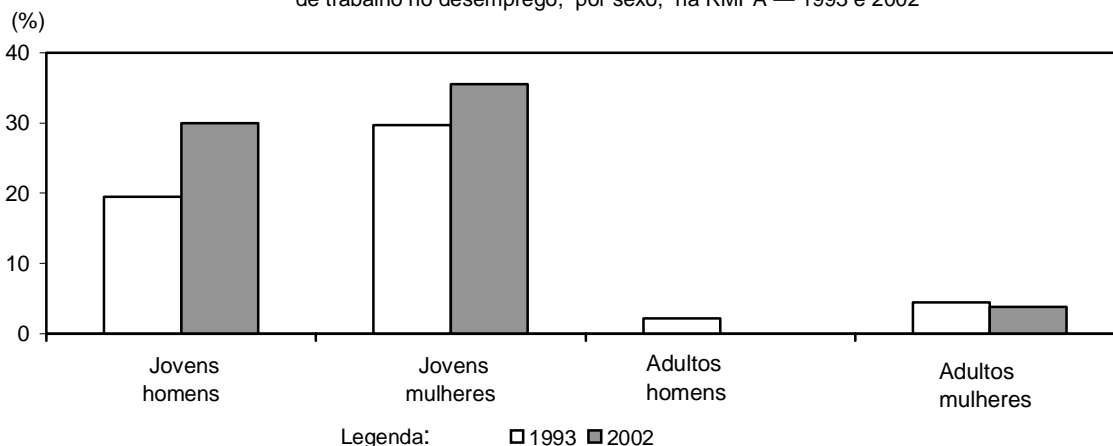


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Inúmeros aspectos podem contribuir para explicar o diferencial desfavorável de incidência do desemprego sobre os jovens *vis-à-vis* aos adultos.⁵ De imediato, um aspecto que a esse respeito se pode aventar é a ausência de experiência anterior de trabalho, o que se constitui em um *handicap* para a obtenção de uma ocupação por parte dos jovens. Essa possibilidade é confirmada empiricamente, pois uma parcela expressiva daqueles que pertencem a esse grupo etário e se encontravam desempregados na RMPA não possuía experiência anterior de trabalho (Gráfico 2). Nesses termos, em 1993, 29,7% das jovens mulheres e 19,44% dos jovens homens desempregados não tinham experiência anterior de trabalho, e, ao final do período aqui enfocado, essas participações no desemprego tinham se elevado ainda mais, para 35,5% e 30,0% respectivamente. Portanto, no caso dos jovens, e de forma ainda mais acentuada no das mulheres, a ausência de experiência anterior de trabalho parece ser um obstáculo à inserção mais satisfatória no mercado de trabalho metropolitano. De outra parte, conforme as evidências contidas no Gráfico 2 apontam, esse é um problema praticamente desprezível entre os trabalhadores adultos.

Gráfico 2

Participação dos desempregados jovens e adultos sem experiência anterior de trabalho no desemprego, por sexo, na RMPA — 1993 e 2002



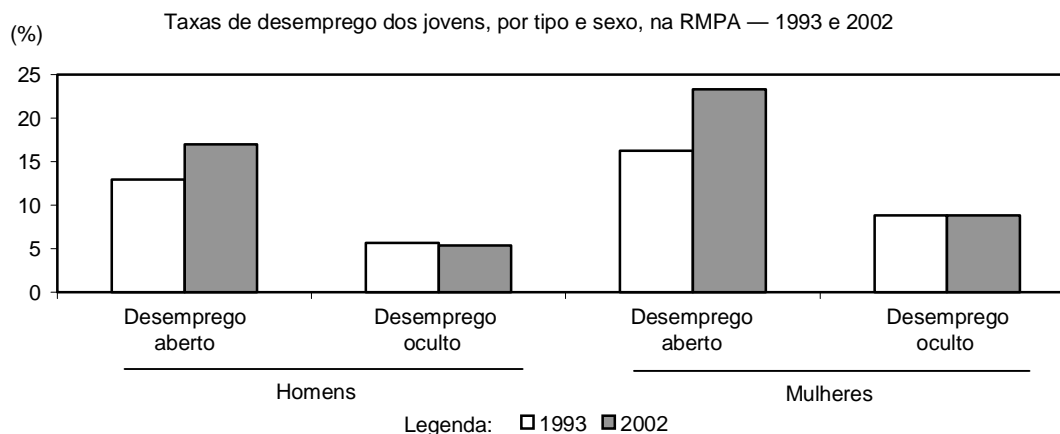
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

O desemprego juvenil pode ser ainda melhor conhecido através da sua decomposição por tipos, o que enriquece o entendimento desse fenômeno. Conforme se constata, a situação dos jovens desempregados na RMPA corresponde, majoritariamente, ao desemprego aberto, tendo o desemprego oculto uma magnitude relativamente menor para esse grupo etário (Gráfico 3). Assim, as jovens mulheres evidenciavam uma taxa de desemprego aberto de 23,3% em 2002, enquanto a de desemprego oculto era de 8,8%; nesse mesmo ano, as taxas de desemprego aberto e oculto dos jovens homens eram de 17,0% e 5,4% respectivamente.⁶ É também relevante destacar que, no período enfocado por este estudo, ocorreu avanço, para ambos os gêneros, exclusivamente das taxas de desemprego aberto.

⁵ A esse respeito, ver OIT (2000), Blanchflower e Freeman (2000) e O'Higgins (1997).

⁶ Essa situação é distinta daquela dos adultos, para os quais é muito menor a diferença entre as taxas de desemprego aberto e oculto: no caso das mulheres, em 2002, elas eram de 7,8% e 5,4% respectivamente, e, no dos homens, de 5,5% e 4,1% respectivamente.

Gráfico 3



FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Na caracterização do desemprego da população juvenil na RMPA, caberia, ainda, examinar uma outra face desse fenômeno, particularmente relevante para a juventude, que é a sua distribuição por níveis de escolaridade (Tabela 8). Os jovens desempregados tinham, em 1993, majoritariamente, o ensino fundamental incompleto, sendo que a esse nível de instrução correspondiam 47,4% do desemprego do contingente feminino e 56,0% do masculino. Portanto, os desempregados jovens, de ambos os sexos, no início do período, eram indivíduos pouco escolarizados. Em 2002, constata-se que os menos escolarizados haviam perdido participação no contingente de jovens desempregados, passando a situar-se em 22,9% no caso das mulheres e em 33,9% no dos homens, enquanto aumentaram a sua participação no desemprego juvenil os indivíduos que possuíam o ensino médio (tanto incompleto quanto completo). Quanto àqueles com ensino médio completo, vale destacar que, para as jovens mulheres, esse nível de escolaridade era o que havia passado a deter, em 2002, a maior participação no desemprego.

Tabela 8

Distribuição dos desempregados jovens, por nível de escolaridade e sexo,
na RMPA — 1993 e 2002

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	1993		2002	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Analfabeto	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Ensino fundamental incompleto	56,0	47,4	33,9	22,9
Ensino fundamental completo	15,2	18,1	16,7	14,8
Ensino médio incompleto	12,6	13,5	20,0	21,9
Ensino médio completo	10,4	15,4	21,8	30,4
Ensino superior incompleto	(1)-	(1)-	(1)-	8,7
Ensino superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta essa desagregação.

5 - Escolaridade e trabalho dos jovens

A escolaridade é um dos elementos definidores das condições de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. No caso dos jovens, ela é particularmente relevante, porque esse grupo etário está passando por seu processo de formação e, portanto, se encontra em uma fase de transição da escola para o mundo do trabalho.

Na RMPA, houve melhoria expressiva do perfil de escolaridade da população juvenil no período focado por este trabalho (Tabela 9). No início da série histórica da PED-RMPA, os jovens estavam concentrados, principalmente, na faixa de escolaridade correspondente ao ensino fundamental incompleto, estando nela inseridos 44,4% das jovens mulheres e 48,9% dos jovens homens. Em 2002, as principais mudanças na distribuição da população juvenil por níveis de escolaridade foram a grande perda de participação daqueles com escolaridade fundamental incompleta e os ganhos dos inseridos nas faixas de escolaridade correspondentes ao ensino médio, tanto incompleto quanto completo. Esta última faixa de escolaridade passou a deter a maior participação entre a população juvenil, sendo de 29,8% no caso das jovens e de 24,8% no dos jovens. É interessante também destacar que a população juvenil feminina na RMPA possui melhor perfil de escolaridade em relação à masculina, fato este que segue uma tendência mais geral do mercado de trabalho metropolitano (Galeazzi et alii., 2003).

Tabela 9

Distribuição da população jovem, por nível de escolaridade e sexo, na RMPA — 1993 e 2002

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	1993		2002	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Analfabeto	1,7	1,4	1,1	0,5
Ensino fundamental incompleto	48,9	44,4	28,1	21,7
Ensino fundamental completo	14,6	14,4	15,8	12,5
Ensino médio incompleto	13,5	14,5	19,5	20,1
Ensino médio completo	14,1	16,9	24,8	29,8
Ensino superior incompleto	6,3	7,0	9,9	13,6
Ensino superior completo	0,9	1,4	0,8	1,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

As mudanças acima descritas mostram uma melhoria inquestionável do perfil de escolaridade da população juvenil na RMPA, o que, por si só, é muito relevante do ponto de vista social. Não obstante, elas parecem não ter sido suficientes para melhorar, de forma substantiva, a situação dos jovens no mercado de trabalho metropolitano, pois, como foi abordado anteriormente, a incidência do desemprego sobre esse grupo populacional aumentou, sensivelmente, entre 1993 e 2002. Ressalte-se, adicionalmente, que a situação das jovens mulheres é, a esse respeito, mais contraditória, pois elas são mais escolarizadas e, todavia, evidenciam taxas de desemprego relativamente mais elevadas do que os jovens homens, o que coloca a possibilidade de que elas ainda estejam se deparando com atitudes discriminatórias no mercado de trabalho.

Quanto à transição da escola para o trabalho, observa-se um movimento de reafirmação da importância da escolaridade, mesmo quando a necessidade de trabalhar se impõe, fato que se revela através da intensificação do binômio escola-trabalho na vida desses jovens.

Entre a população jovem da RMPA, houve aumento da participação daqueles que **somente estudam**, o que poderia indicar que os jovens estão retardando o seu ingresso no mercado de trabalho (Tabela 10). Assim, entre as jovens mulheres, esta participação havia atingido 21,2% em 2002, enquanto, para os jovens homens, elevou-se para 19,1%. Chama atenção, ainda, o fato de que houve aumento, entre a população jovem da RMPA, da participação dos indivíduos que **trabalham e estudam**. Nesse sentido, os jovens que estudam, trabalham e/ou procuram trabalho passaram a representar, aproximadamente, um quarto da população jovem de ambos os sexos em 2002, tendo o crescimento sido mais expressivo no caso das mulheres comparativamente aos homens.

Tabela 10

Distribuição dos jovens, segundo situação de trabalho, estudo e sexo, na RMPA — 1993 e 2002

DISCRIMINAÇÃO	(%)			
	1993		2002	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Só estuda	12,6	16,6	19,1	21,2
Estuda e trabalha e/ou procura trabalho	19,3	15,8	25,3	26,5
Só trabalha e/ou procura trabalho	61,8	44,1	48,4	36,3
Apenas cuida de afazeres domésticos	(1)-	20,2	(1)-	11,1
Outros	5,9	3,2	7,2	4,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta essa desagregação.

Contrariamente, os jovens que se encontravam em uma situação totalmente distinta a essa, que **somente trabalham e/ou procuram trabalho**, mostraram uma acentuada redução em sua participação na população juvenil, passando a representar, em 2002, 36,3% das mulheres e 48,4% dos homens. Esse recuo, embora relevante, não foi suficiente para fazer com que essa situação deixasse de ser a mais freqüente entre os jovens da região metropolitana.

Com base nessas evidências, aventa-se a possibilidade de que o processo de transição da escola para o trabalho da juventude metropolitana não esteja se modificando para algo do tipo escola e, somente após, trabalho, mas, sim, para um padrão de transição no qual ambos convivem na experiência da população juvenil.

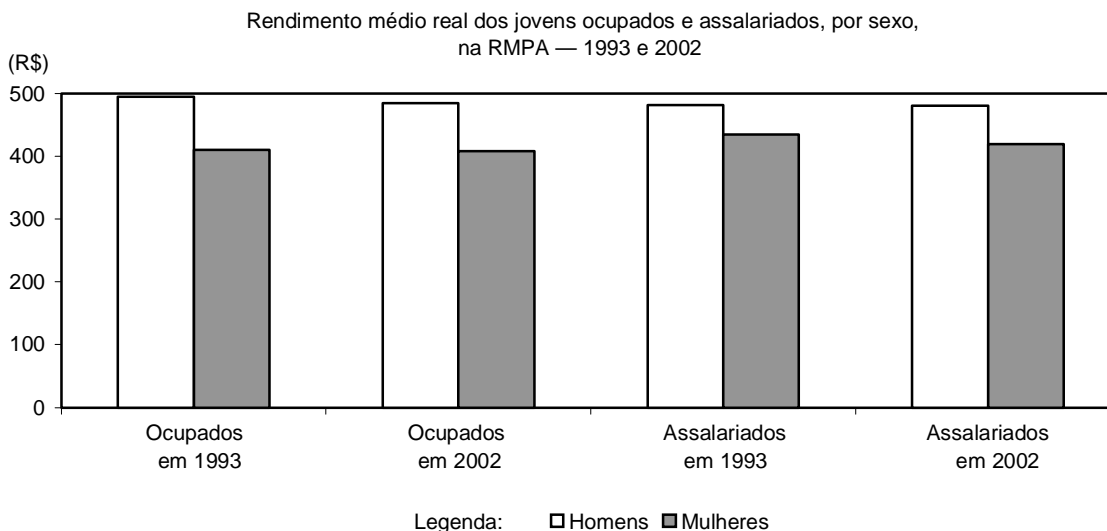
No que se refere especificamente à população juvenil feminina na RMPA, vale ainda destacar que nela se reduziu praticamente à metade a participação dos indivíduos que **somente cuidam de afazeres domésticos**, passando esta a se situar em 11,1% no ano de 2002. Isso pode ter se desdobrado em duas direções, uma que teria contribuído para que tenha havido, entre as jovens mulheres, aumento da parcela daquelas que somente estudam, e outra que se consubstanciou no aumento da parcela daquelas que trabalham e estudam. Quanto à segunda possibilidade, ela teria contribuído para o aumento da taxa de participação feminina juvenil no mercado de trabalho metropolitano, conforme visto anteriormente.

6 - Rendimentos dos jovens

O rendimento médio real dos jovens evidenciou uma evolução desfavorável na RMPA entre 1993 e 2002 (Gráfico 4). No caso dos **ocupados** jovens, o rendimento médio real das mulheres apresentou uma situação

de estagnação na comparação de 1993 com 2002, e, quanto aos homens, esse indicador registrou uma queda de 2,2%. No caso dos **assalariados** jovens, o rendimento médio real das mulheres declinou 3,5%, e o dos homens manteve seu valor praticamente idêntico ao observado no início e no final da série histórica.

Gráfico 4



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA. Inflator utilizado: IPC-IEPE.

NOTA: Valores de novembro de 2002.

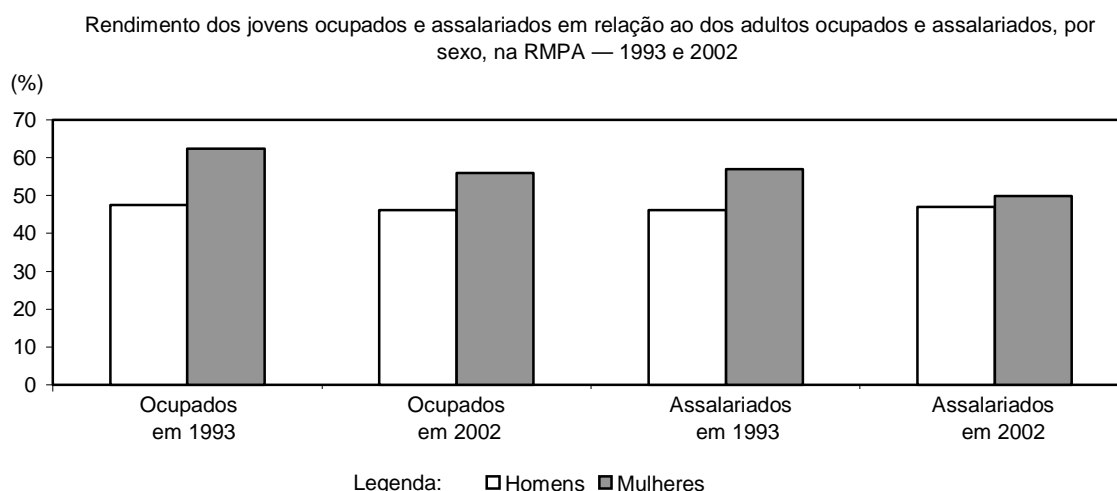
Constata-se, graficamente, que as jovens mulheres possuíam um diferencial desfavorável de rendimentos em relação aos jovens homens, tanto no caso dos ocupados quanto no dos assalariados. No primeiro caso, o diferencial reduziu-se levemente, de 17,2% em 1993 para 15,7% em 2002, e, no segundo, ampliou-se de 9,6% para 12,5% nesses mesmos anos. Dentre as razões que podem ser aventadas para explicar esses diferenciais desfavoráveis de rendimentos às jovens mulheres, pode-se mencionar o tipo de trabalho por elas muitas vezes exercido, como, por exemplo, em atividades vinculadas aos serviços domésticos que são, relativamente, pior remuneradas. Não se pode, todavia, descartar a possibilidade de que essa situação seja conseqüência de práticas discriminatórias no mercado de trabalho, que extrapolariam as relações estritamente econômicas. Esse entendimento é reforçado pelo fato de que as mulheres possuem um perfil de escolaridade melhor do que o do homens, o que, em tese, deveria contribuir para que não houvesse um diferencial de rendimentos a elas desfavorável, o que não se observa empiricamente.⁷

A diferença de rendimentos de jovens e de adultos é um pouco menos acentuada entre as mulheres do que entre os homens na RMPA, embora, para as jovens mulheres, a evolução tenha sido menos favorável (Gráfico 5). Nesse sentido, entre os ocupados, o rendimento médio real das jovens mulheres correspondia a

⁷ Esse tópico mereceria aprofundamento em um próximo estudo, no qual se comparassem os rendimentos dos jovens de acordo com o posto de trabalho exercido e a escolaridade, o que permitiria comprovar (ou não) a interpretação aqui proposta sobre o diferencial de rendimentos entre os gêneros.

62,4% do das adultas em 1993 e a 56,0% em 2002; no que se refere aos assalariados, o salário médio real das jovens mulheres representava 57,1% do das adultas em 1993 e 49,94% em 2002. No caso dos homens, tanto ocupados quanto assalariados, o rendimento médio real dos jovens manteve-se em, aproximadamente, 46,0% do dos adultos ao início e ao final do período em foco.

Gráfico 5



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA

A interpretação sugerida para explicar o diferencial de rendimentos entre jovens e adultos associa-se, fundamentalmente, ao tipo de inserção dos primeiros no mercado de trabalho, que ocorre em postos de trabalho da base da estrutura ocupacional, os quais têm conteúdo mais limitado e se caracterizam por elevada rotatividade, aspectos que contribuem para deprimir, em termos relativos, os seus rendimentos.

7 - Considerações finais

Neste artigo, procurou-se analisar, com ênfase nos diferenciais entre os gêneros, a inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA.

Em termos demográficos, a população jovem feminina apresentou menor crescimento do que a masculina no período focado por este trabalho. De forma distinta, a força de trabalho das jovens mulheres evidenciou maior crescimento do que a dos homens. Esse comportamento da população e da força de trabalho trouxe consigo, no caso das jovens mulheres, elevação em seu engajamento no mercado de trabalho metropolitano e, no dos jovens homens, redução em sua taxa de participação.

No que se refere ao nível de ocupação, as jovens mulheres registraram desempenho mais satisfatório do que os jovens homens entre 1993 e 2002. Para esse grupo etário e para ambos os gêneros, a posição na ocupação que mais se destaca é a do trabalho assalariado, que representava, em 2002, mais de 80,0% dos jovens ocupados. A esse respeito, deve-se ressaltar que se ampliou, entre os jovens de ambos os sexos, a participação na ocupação do trabalho assalariado sem carteira assinada, o que demonstra o agravamento da desproteção social para esse grupo etário. Quanto à distribuição setorial da ocupação, os jovens encontram-

-se concentrados nos serviços, tendo essa atividade econômica passado a representar, no caso das mulheres, mais de 50,0% da ocupação juvenil em 2002.

Conforme as evidências empíricas permitiram demonstrar, a incidência do desemprego é muito mais elevada entre os jovens comparativamente aos adultos na RMPA, o que confirma que estes se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho. A par desse aspecto, ela é mais grave entre as jovens mulheres, cujas taxas de desemprego são sistematicamente mais elevadas do que as dos jovens homens. Esse ponto não deixa de ser uma contradição — ou de indicação de discriminação —, pois as jovens mulheres possuem melhor perfil de escolaridade comparativamente aos jovens homens, o que, para elas, seria, em princípio, uma vantagem relativa em termos de inserção no mercado de trabalho.

No período focado por este artigo, houve uma redução substantiva, entre a população juvenil, da participação dos indivíduos que somente trabalham, embora esta continue sendo a situação que prepondera entre eles na RMPA. De outra parte, ampliou-se a parcela daqueles que somente estudam, que passaram a representar, em 2002, aproximadamente, um quinto da população juvenil de ambos os sexos, o que é uma mudança que pode ser considerada socialmente positiva. Não obstante, deve-se ter cautela quanto à afirmação de que isso implique uma transformação qualitativa no processo de transição da escola para o trabalho da juventude metropolitana, pois também se elevou a participação daqueles que estudam e trabalham na RMPA. Caberia, ainda, recuperar, no caso específico das jovens mulheres, que se reduziu, substancialmente, entre elas a participação daquelas que somente cuidam de afazeres domésticos.

Finalmente, o rendimento médio real dos jovens, quando se compara o início e o final do período, mostrou uma situação que se pode caracterizar como de estagnação. No que diz respeito às diferenças entre os gêneros, as jovens mulheres percebem rendimento médio real relativamente inferior ao dos jovens homens. Dado que elas possuem melhor perfil de escolaridade, aventou-se a possibilidade de que estejam sendo afetadas por atos discriminatórios no mercado de trabalho, o que mereceria aprofundamento em próximos estudos.

Referências

BLANCHFLOWER, D.; FREEMAN, R. The declining economic status of young workers in OECD countries. In: BLANCHFLOWER, D; FREEMAN, R. (Ed.) **Youth employment in advanced countries**. Chicago: Chicago Press; NBER, 2000.

CAMARANO, A. et al. Os jovens no mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Rio de Janeiro: IPEA, v. 6, n. 17, p. 31-39, 2001.

DIEESE. Jovens no mercado de trabalho. In: —. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

GALEAZZI, I. et al. Desemprego e precarização do trabalho: a experiência na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: WILTGEN, R.; GARCIA, L. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

GALEAZZI, I. et al. Mulheres trabalhadoras: dez anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: v. 3, p. 9-35, 2003.

LAVINAS, L. As recentes políticas públicas de emprego no Brasil e sua abordagem de gênero. In: POSTHUMA, A. (Org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil** — políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. São Paulo: Editora 34, 1999.

MATA-GREENWOOD, A. **Incorporating gender issues in labour statistics**. Genebra: OIT, 1999. (STAT Working papers.)

MUNIZ, J. As descontinuidades demográficas exercem efeitos sobre o mercado de trabalho metropolitano dos jovens? **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas: ABEP, v. 19, n. 2, p. 65-97, 2002.

O'HIGGINS, N. **The challenge of youth unemployment**. Genebra: OIT, 1997. (Employment and training papers; n. 7).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Emplear a los jóvenes: promover un crecimiento intensivo en empleo**. Genebra: OIT, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Youth and work: global trends**. Genebra: OIT, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global employment trends**. Genebra: OIT, 2003.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

QUADROS, W. **O desemprego juvenil no Brasil nos anos 90**. Campinas: UNICAMP, 2001. (Cadernos do CESIT; n. 31).

TONI, M. Trabalho e precarização: um estudo do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. In: WILTGEN, R., GARCIA, L. (Coords.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

WILTGEN, R., GARCIA, L. (Coords.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.